



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIRIRI  
Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA M. DE SIRIRI  
FOLHA: 17  
RUBRICA:

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR**  
**Art. 24, inc. II, Lei n° 8.666/93**

Nos termos do art. 24, da Lei n° 8.666/93, e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Siriri, instituída pela Portaria n° 07/2019, de 02 de janeiro de 2019, apresenta Justificativa para a contratação de empresa visando a prestação de serviços de transmissão das sessões da Câmara de Vereadores do Município de Siriri, através de sistema de áudio, mesmo dispensada esta Justificativa, mediante as considerações a seguir:

*Considerando* a necessidade desses serviços de transmissão das Sessões e de eventos, promovidos pelo Poder Legislativo, através do sistema de áudio;

*Considerando* que os objetivos a serem atendidos são o conhecimento e divulgação ao público dos serviços aqui desenvolvidos;

*Considerando* que a prestação de serviços de transmissão das sessões da Câmara de Vereadores do Município de Siriri, através de sistema de áudio não se refere a parcelas de um mesmo serviço que possa ser realizada conjunta, concomitantemente e de uma só vez;

*Considerando* que o custo econômico para essa licitação é superior ao benefício dela extraível e que a pequena relevância econômica não justifica os gastos com uma licitação comum, além de se poder causar prejuízos à Administração, inclusive com o acréscimo de preços, para a qual o serviço aqui esta sendo pretendido, decorrendo, disso, problemas de ordem legal e política, incluído nisso a demanda de tempo que o certame licitatório exigiria;

*Considerando* que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso II da Lei n° 8.666/93 e suas alterações;

*Considerando* que o art. 26 da Lei n° 8.666/93, com a redação dada pela Lei n° 11.107/05, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação – razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço – **ainda que dispensada a justificativa para o presente caso**, de acordo com o *caput* do mesmo artigo supramencionado, o qual achamos por bem transcrever:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2° e 4° do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8° desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço; (destaquei).

*Considerando*, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa **YGO MACELL DOS SANTOS SOARES - ME/ALÓ OUVINTE** não foi contingencial. Prende-se ao fato de ser a única do Município que realiza os serviços de áudio capazes de promover a transmissão das sessões da Câmara Municipal de Siriri e divulgação das ações diárias através desse sistema de áudio, e que o preço apresentado pela empresa vencedora está compatível com os praticados no mercado.

*Considerando*, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no *caput* suso-aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando preconiza que: *“Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava*

Priscila Susana da S. Santos



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SIRIRI  
Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA M. DE SIRIRI  
FOLHA: 18  
RUBRICA:

prevista no art. 26.<sup>o</sup> 1, é que assim o fizemos, aliados aos entendimentos o Tribunal de Contas da União:

*"Nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, faça constar nos autos as necessárias justificativas da despesa, atendendo a exigência constante no artigo 26, caput, da Lei 8.666/1993."* 2

*Ex positis* é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, inc. II, c/c art. 26, parágrafo único, incs. II e III, todos da Lei n° 8.666/93, em sua edição atualizada, e, ainda assim, seria inexigível a mesma, face à inviabilidade de competição.

Assim, como já dito, colhida a proposta de preços do pretendente, por haver apenas essa empresa que preste esses serviços de áudio na cidade de Siriri, e analisada a documentação exigida, foi classificada a empresa **YGO MACELL DOS SANTOS SOARES - ME/ALÓ OUVINTE**, por ter apresentado preço de acordo com o praticado no mercado. A proposta apresentou o seguinte valor: R\$700,00 (setecentos reais) mensais, totalizando o valor estimado de R\$7.000,00 (sete mil reais) para a prestação de serviços de transmissão das sessões da Câmara Municipal de Siriri e divulgação das ações diárias através do sistema de áudio, no período de fevereiro a dezembro.

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação correrão por conta seguinte dotação orçamentária:

UO: 01001 – Câmara Municipal de Siriri  
Ação: 2002 – Manutenção da Câmara Municipal  
Classificação da Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica  
Fonte de Recursos: 10010000

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 26 da mesma norma jurídica já aqui mencionada, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas, apenas, a título de formalização, submetemos a presente justificativa ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Siriri, para apreciação e posterior ratificação.

Siriri, 01 de fevereiro de 2019.

Priscila Susana da Silva Santos  
Presidente da CPL

Lara Mikaelly Oliveira Passos  
Secretaria

Claudia Brasil Oliveira  
Membro

**RATIFICO!**  
Em 01 de Fevereiro de 2019.

Jackson Martins Fontes  
Presidente da Câmara Municipal de Siriri

<sup>1</sup> in JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2006. Dialética.

<sup>2</sup> Acórdão 819/2005 – Plenário – TCU.